



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

IMPrensa estranha

Parte da imprensa local tem adotado tratamento seletivo ao abordar o caso de Lincoln Fernandes, investigado por peculato (rachadinha), mantendo silêncio — enquanto o vereador afastado Bigodini (MDB), flagrado dirigindo embriagado e que admitiu alcoolismo (com CID), teve ampla cobertura midiática. Qual “mão amiga” segura a exposição do caso Lincoln? O tema deve ganhar novos desdobramentos com depoimentos de delatores na Polícia Civil nesta quarta e quinta-feira.

Sozinho

O vereador Lincoln Fernandes (PL) é investigado por peculato no caso das rachadinhas de assessores — e está sozinho. Nenhum outro vereador ou ex-vereador figura no novo inquérito policial, contrariando o desejo de seu advogado, que gostaria de incluir os colegas Igor Oliveira (MDB) e Maurício Gasparini (UB). Se quiser companhia, Lincoln pode levar ex-assessores de outros gabinetes para depor.

Boca TV

O jornalista Rodrigo Bocardi, ex-apresentador do Bom Dia Brasil (Globo), esteve em Ribeirão Preto visitando o Quarteirão Paulista. Conversou com comerciantes e populares, criticou os corredores de ônibus em vídeos e também passou pelo Parque Permanente de Exposições. Na ocasião, apresentou sua nova Boca TV, emissora digital com sedes na Faria Lima, em São Paulo, e em Ribeirão. Bocardi evita comentar uma possível candidatura a deputado federal.

Arnaldo...

Como adiantado por esta coluna, Arnaldo Jardim anunciou sua aposentadoria política, ampliando a “avenida de votos” rumo ao Congresso Nacional — órfãos deixados em Ribeirão e região por Ricardo Silva, além de nomes como Carla Zambelli, Eduardo Bolsonaro e Eduardo Suplicy. O estreante Cláudio Romualdo tenta surfar esse vácuo e herdar parte do eleitorado de Jardim na região.

Suely na tela

A Secretária de Inovação e Desenvolvimento do governo Ricardo Silva, Suely Vilela, pode aparecer ao lado de Haddad (governo estadual), Lula e Simone Tebet nas próximas eleições. Ela tem evitado comentar o assunto, ora em silêncio, ora ironizando o boato entre colegas. Caso a possibilidade se confirme, terá de deixar o cargo até 4 de abril, prazo de desincompatibilização.

Prêmio de consolação

Danilo Scochi (MDB) tentou se viabilizar para um cargo eletivo na Alesp, mas desistiu da disputa com o deputado estadual Léo Oliveira, que fechou espaço para ele no partido. Em compensação, como prêmio de consolação, sua esposa, Michelle Scochi, foi contratada como assessora parlamentar no gabinete de Léo — mas deve continuar em Ribeirão, ao lado do marido, atendendo demandas estaduais.

É ruim mesmo!

Chegou à coluna a informação de que a Secretaria de Infraestrutura, Juliana Ogawa (MDB), estaria sendo “sabotada” por sua própria equipe para viabilizar o chefe de gabinete, Gabriel Zucoloto (filho de Renato Zucoloto), no comando da pasta — hipótese considerada improvável. O fato é que o MDB pouco contribui nas indicações políticas, com nomes que não atendem ao perfil técnico exigido.

OBA, DINDIM!

Assessores parlamentares da Câmara alimentam a esperança de um “aumento salarial” ainda neste mês. Apesar de não haver previsão de reajuste no salário-base, apostam que “algo bem mais relevante vai aparecer nos holerites” daqui em diante. Será que os malvados favoritos vão aliviar o pedágio?

ADMINISTRAÇÃO

PPP



Equipe do Conecta durante reparo em ponto de iluminação: cobranças contra o consórcio se acumulam

Troca de lâmpadas por PPP segue emperrada

Para a administração, consórcio deveria ter concluído a modernização de 77,7 mil pontos de iluminação pública, mas 17,9 mil seguem ‘na fila’

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

A Prefeitura de Ribeirão Preto voltou a apontar — por meio de notificações públicas — descumprimento no contrato de PPP (Parceria Público-Privada) da iluminação pública pelo consórcio Conecta. Para a administração, o parceiro deveria ter concluído em fevereiro a modernização de 77,7 mil pontos, mas 17,9 mil deles seguem com tecnologia antiga. A empresa contesta o atraso.

O município sustenta que os Marcos “1” e “2” do acordo previam a substituição de lâmpadas antigas por luminárias em LED até o final do mês passado. Além disso, a Secretaria de Infraestrutura — responsável pela gestão da parceria — aponta a falta de implantação do sistema de Telegestão, que permite monitoramento e controle remoto do parque.

A PPP da iluminação entrou na mira do governo pela primeira vez em outubro do ano passado, quando teriam vencido as obrigações do Marco 1.

Segundo a Secretaria de Comunicação, o Conecta tem prazo para responder a notificação. “A empresa possui prazo legal para apresentação de resposta à notificação. Paralelamente, todos os procedimentos administrativos já foram encaminhados à Secretaria

CONSÓRCIO ADMITE 352 DEMANDAS VENCIDAS

Em outra notificação ao Conecta, a Prefeitura de Ribeirão Preto apontou outro descumprimento de contrato por falta de atendimento no prazo de demandas apresentadas pela população para a troca de lâmpadas queimadas. Segundo o documento municipal, em fevereiro, a PPP somava mais de 600 pedidos não atendidos em 48 horas, como previsto na parceria.

Em ofício-resposta à Secretaria de Infraestrutura, o consórcio disse que

“circunstâncias operacionais de caráter pontual e transitório” a impediram de realizar os atendimentos no prazo.

A empresa afirmou, contudo, que a demanda reprimida foi reduzida para 352 queixas.

“Cumpe ainda destacar que, embora o quantitativo de 352 ocorrências com prazo vencido demande tratamento prioritário, tal volume representa percentual reduzido em relação ao universo total de pontos de iluminação pública sob gestão da Concessionária”, afirmou.

7.253
PONTOS DE ILUMINAÇÃO PREVISTOS NO MARCO 1 DA PPP DEIXARAM DE SER MODERNIZADOS SEGUNDO DADOS DO PRÓPRIO CONECTA

Municipal de Administração para apuração dos fatos e eventual aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto contratualmente”, afirmou em nota.

O consórcio foi procurado e preferiu não se manifestar de forma direta sobre as alegações da administração, mas forneceu cópia dos ofícios-resposta encaminhados ao município. Nelas, o Conecta sustenta que os marcos previstos em contrato não adotam a lógica

10.698
PONTOS DE ILUMINAÇÃO PREVISTO NO MARCO 2 DO CONTRATO AINDA ESTÃO PENDENTES DE SUBSTITUIÇÃO PELA CONCESSIONÁRIA

ca de “prazo corrido”.

“Assim, exigir cumprimento meramente cronológico ignorando as condições de transição e os atos de aceite/transferência previstos, significaria subverter o desenho pactuado de fiscalização, validação e mensuração, criando um descolamento indevido entre execução efetivamente comprovada e efeitos jurídicos e financeiros do contrato”, diz um trecho da defesa do consórcio.